

Atas



Nº 10 - 22/04/2025

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE CINCO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO MANDATO 2021/2025, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE CINCO

Ao décimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a décima reunião de dois mil e vinte e cinco da referida Câmara - extraordinária, do mandato dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, estando presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão e os Senhores Vereadores Henrique José Leocádio Lopes, Sílvia de Sousa Carranca Vieira dos Santos, António Luis Pinto Xavier, António Adriano Mateus Pinetra, Gil Pegado Porto e Joaquim Manuel Batalha.

Ausente desta reunião esteve a senhora Vereadora Paula Cristina Vaqueirinho Bilro, por motivos profissionais, falta que foi devidamente justificada.

E em conformidade com o disposto nº 2 do art.º 57º da Lei 75/2013 de 12/9, para dar apoio estiveram também presentes a Chefe de Gabinete, Paula Cristina Pinto Martins e eu, Maria Luisa da Silva Martins que secretariei a reunião.

A presente Reunião de Câmara realizou-se presencialmente, com atendimento por marcação (em alternativa, está disponível o atendimento por via digital através do mail gap@cm-montemornovo.pt).

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pelo Senhor Presidente:

1. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) Prestação de Contas de 2024

Ordem de Trabalhos

A) Prestação de Contas de 2024

Sob a presente epígrafe interveio o senhor Presidente para explanar a Prestação de Contas de 2024, assim disse que o orçamento de 2024 tinha como valor inicial 29.950.000,00 €, durante o ano registaram-se 36 alterações orçamentais, 33 delas permutativas e 3 modificativas, que originou um orçamento final de 33.263.689,17€. Registou-se um grau de execução da receita de 93,67%, em 2023 tinha sido de 90,67%, acima ambos dos 85%, obrigatório pela Lei das Finanças Locais, em 2024 existiu o maior grau de execução da receita, dos últimos oito anos. Em termos de execução da despesa, registou-se um grau de 77,39%, em 2023 tinha sido ligeiramente superior, de 79,70%. Nestas contas de 2024, existe um saldo de gerência, a integrar no ano seguinte, 2025, sendo que este saldo já foi aplicado em fevereiro e totaliza 5.418.035,21€. O saldo de gerência do ano anterior, 2023, tinha sido de 3.313.689,17€. O total de disponibilidades, ou seja, caixa e depósitos bancários, no final de 2024, era de 5.641.858,39€ superior ao de 2023, que tinha sido de 3.545.057,09€.

João



Em termos de equilíbrio orçamental, a receita bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente paga, acrescida das amortizações médias dos empréstimos. E assim, este cálculo registou um excedente de 425.138,13€, como tal, foi cumprida mais uma vez a regra do equilíbrio orçamental. Em termos de endividamento municipal, a Lei nº 73 de 2013, estabeleceu um novo conceito de endividamento correspondente à dívida total das operações orçamentais. O limite da dívida total não deve ultrapassar, a 31 de dezembro de cada ano, uma vez e meia a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores. Caso o Município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar em cada exercício o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Com base nestes parâmetros e na legislação em vigor, para o ano de 2024, o valor da margem disponível de endividamento da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo mantém-se em 40% e era, no final do ano, de 13.688.484,00€.

No que diz respeito aos resultados líquidos do exercício, a Câmara Municipal teve um resultado líquido negativo de 2.551.158,35€, que apesar de negativo, foi melhor do que no ano anterior, que tinha sido de 3.212.367,86€. Realçou ainda que os resultados antes das depreciações e de gastos de financiamento foram este ano positivos, no valor de 184.452,00€ e, no ano anterior, negativos em 151.352,06€. Através de uma análise desta demonstração dos resultados de 2024, pode-se verificar que o maior impacto nos gastos foi registado pelo aumento com pessoal, no montante de 963.267,54€, para isso contribuiu também o aumento do salário mínimo nacional, que passou de 760,00€ para 820,00€, e o aumento do número de trabalhadores no Município de Montemor-o-Novo. Este resultado líquido negativo, teve também influência dos valores das transferências e subsídios concedidos em mais de 420.568,64€, o aumento das prestações sociais de 231.152,42€, que reflete aqui também o custo da aplicação do Tarifário Social da Água do Concelho.

Relativamente aos gastos, verificou-se uma redução acentuada em 443.274,25€ de outros gastos e perdas. Os fornecimentos e serviços externos também foram mais baixos do que em 2023 e tiveram uma redução de 201.109,14€. Na análise dos rendimentos de 2024, o registo com maior impacto é visível nas transferências e subsídios obtidos por via das transferências do Orçamento de Estado e a diminuição notória nos impostos, contribuições e taxas que se reportam à redução das taxas aplicadas por opção e aprovadas pelo Executivo para aplicação em 2024, ou seja, a diminuição da participação no IRS do Município, que passou de 5% para 3%, e também a diminuição da taxa de Derrama de IRC. No ano de 2024, o Município de Montemor-o-Novo manteve os projetos em curso e avançou com outras prioridades estratégicas do mandato. O ano transato ficou marcado por um conjunto significativo de ações e de investimentos que demonstram o compromisso do Município com o desenvolvimento sustentável, a coesão social, a valorização do território e a promoção da qualidade de vida dos seus cidadãos. Destacou a expressiva comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, que mobilizou a comunidade local, as Juntas de Freguesia, associações e a comunidade educativa, através de um programa diversificado de atividades culturais, desportivas, visitas, homenagens e debates. Esta celebração reforçou os valores democráticos e a participação ativa da população.

A nível fiscal foi mantida uma política de apoio à economia local, com aplicação de uma taxa reduzida de Derrama para pequenas e microempresas, traduzindo-se num benefício estimado para as mesmas de cerca de 160.000,00€. Também, na redução da participação no IRS de 5% para 3%, estima-se uma poupança de cerca de 300.000,00€ para os montemorenses. No plano turístico e cultural, sublinha-se o regresso da Feira Medieval ao Castelo de Montemor-o-Novo, um evento que atraiu mais de 10 mil visitantes e contribuiu para a dinamização económica e cultural do Concelho, a procura por este território é crescente e registou-se um aumento de 28% nos atendimentos turísticos.

Em matéria de habitação, o Município submeteu candidaturas no âmbito do Programa 1º Direito, com vista à reabilitação de 17 fogos, num investimento de cerca de 1.400.000,00€, cujos primeiros contratos foram celebrados e as obras iniciadas. A cultura assume novamente o papel

central, com a inauguração do Centro Interpretativo Levantado do Chão, José Saramago, em Montemor-o-Novo, e a Exposição Lavre, um dos quatro pontos cardeais de José Saramago. O Roteiro Literário Levantado do chão foi novamente reconhecido a nível nacional. No contexto da descentralização, reforçaram a intervenção nas áreas da saúde, educação e ação social, destacando-se a atribuição de 109 bolsas de estudo para o ensino superior, a inauguração da nova unidade de Saúde de São Cristóvão e o acompanhamento de 269 famílias através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo.

O setor dos transportes e infraestruturas beneficiou de um forte investimento, com a melhoria da rede viária em 11 arruamentos, aquisição de novas viaturas para transporte escolar e a renovação da frota operacional, num investimento total superior a 1.000.000,00€. Na área da mobilidade urbana sustentável, foi implementado o sistema de bicicletas públicas elétricas Morbike e continuado o projeto piloto MorBus, promovendo alternativas mais sustentáveis de transporte. Em paralelo, foi aprovada a Estratégia Ambiental de Montemor-o-Novo e o Plano River, para valorização da rede hidrográfica. O Município foi ainda distinguido com o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano. Também no plano ambiental foi aprovado o Plano de Ação para os Resíduos Urbanos 2030.

No Desporto, destaque para a requalificação do Estádio 1º de Maio, incluindo novos relevados bancada e balneários, com um apoio municipal ao investimento, superior a 350.000,00€, divididos por 13 anos.

Na Proteção Civil manteve-se o apoio às IPSS em matéria de segurança contra incêndios em edifícios, reforçaram a segurança em eventos de massas e comprometeram o apoio de mais de 500.000,00€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo. O ano de 2024, foi um ano de grande dinamismo e investimento em diversas frentes, refletindo uma estratégia municipal assente na proximidade, sustentabilidade, inovação e coesão social. O senhor Presidente agradeceu a todos os parceiros, entidades e cidadãos que contribuíram para os avanços registados, certos que só com trabalho conjunto e empenhado é possível continuar a construir um Concelho mais justo, moderno e inclusivo.

Entrando mais em pormenor, acerca das várias áreas de atuação do Município, começou pela democracia participativa, que desempenha um papel de relevo e de elevada importância na atuação da gestão autárquica. Assim, em 2024, o Executivo com pelouros continuou a ouvir os munícipes, através dos atendimentos semanais presenciais, manteve-se a transmissão online direta das reuniões dos órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Continuaram a adotar uma abordagem mais aberta, transparente, concertada, próxima e neutra de carga ideológica na divulgação da informação sobre a atividade do Município, das Juntas de Freguesia e das forças vivas da comunidade. O objetivo é ter cidadãos mais informados, críticos e criativos que contribuam todos os dias para uma democracia cada vez mais plural, participada e aberta. Exemplo disso foi a conceção da Estratégia Ambiental com forte participação cívica.

O documento proposto à discussão pública teve mais de 500 contributos e sugestões, o que resultou em alterações na definição da Estratégia Ambiental para o Concelho de Montemor-o-Novo.

Em 2024, como já referiu anteriormente, comemorou-se de forma expressiva os 50 anos do 25 de Abril. Diversas atividades e eventos realizados em todo o Concelho, com envolvimento das Juntas de Freguesia, do Movimento Associativo e também da comunidade escolar. As atividades desenvolvidas, incluíram iniciativas culturais, desportivas, momentos de homenagem e debate, visitas e evocações.

Ainda em 2024 foi assinado o novo Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, STAL, assumindo o Município em paralelo com os trabalhadores.

No âmbito do desenvolvimento económico e emprego, desde 2021, que Montemor-o-Novo tem vindo a apostar no desenvolvimento económico e na criação de emprego como pilares para o seu futuro.

A nível fiscal, para o ano 2024, lançaram uma derrama com a taxa de 0,75% sobre lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre IRC, foi mantida a taxa reduzida de 0,5% para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ e acreditam que este benefício fiscal se tenha cifrado em cerca de 160.000,00€. Este é um sinal que se dá economia na tentativa de fixar cada vez mais tecido empresarial neste Concelho.

Em 2024, o Município, as Juntas de Freguesia e a Associação Comercial do Distrito de Évora, promoveram o Protocolo Local, com atividades como o Mor Natal, os Vouchers de Apoio à Família e a Noite Branca, totalizando um investimento municipal de cerca de 89.000,00€. Estas ações tiveram como objetivo estimular o comércio local e prestar também, ao mesmo tempo, auxílio às famílias, residentes na área do Município.

A incubadora Startup Montemor-o-Novo continuou a ter um papel essencial na atração e apoio ao desenvolvimento de empresas, oferecendo condições físicas para o crescimento e consolidação de novos negócios. No final de 2024, a taxa de ocupação dos espaços foi de 81% nos coworks e 87,5% nas boxes. Ao longo de todo o ano, desenvolveu diversas atividades de divulgação e acompanhamento da incubadora e das empresas incubadas, nomeadamente, cinco vídeos promocionais, a terceira edição do concurso de ideias de negócio, o Mês do Empreendedorismo – Empreender, Desenvolver e Inovar em Montemor-o-Novo, com sete iniciativas focadas em empreendedores, empresários e na comunidade de concelhia. Também o ciclo Startup com Vida prosseguiu, oferecendo um fórum para que empresários locais, representantes e empreendedores pudessem trocar experiências e discutir desafios. A incubadora prestou ainda apoio a um negócio no âmbito da medida “Empreende 21” e assinou um memorando com a Startup Portugal. Em 2024, a incubadora renovou a sua acreditação ao programa Startup Visa e renovou a sua presença na RNI Portugal Incubaters.

A SEMEIA estratégia alimentar consolidou o programa ao Sabor das Estações, dinamizando o Mercado Municipal, valorizando os produtos locais e fortalecendo a sua comunicação através da terceira edição da revista e a das redes sociais.

No Gabinete do Produtor Agrícola foram realizados atendimentos e acompanhamentos contínuos com foco na sustentabilidade das pequenas explorações.

A Feira da Luz/Expomor continuou a afirmar-se como o principal evento dinamizador da economia local e um dos maiores certames do Alentejo, onde se pode encontrar o que de melhor existe na região, nas mais variadas vertentes. Hospitalidade, inovação, atividades económicas, cultura, movimento associativo, espetáculos, exposições, desporto e tradição. Participaram na Feira da Luz/Expomor, 357 expositores e o investimento municipal foi aproximadamente de 800.000,00€.

A Feira no Medieval, realizada em junho no Castelo de Montemor-o-Novo, foi um dos pontos altos do ano transato. Após um hiato de 19 anos, o evento regressou em 2024, transformando o castelo num palco vibrante da Idade Média. Durante três dias, mais de 10 mil visitantes foram transportados para um mundo de cavaleiros, artesãos e mercadores. O evento contou com recriações, como torneios, espetáculos de música e dança e demonstrações de artesanato medieval. A Feira da Luz não só proporcionou entretenimento, mas também impulsionou a economia local. O custo do evento cifrou-se em cerca de 91.000,00€, perfeitamente justificado pelo sucesso do mesmo.

No âmbito da habitação e planeamento urbano, como é sabido que nas últimas décadas, este Concelho tem sofrido uma significativa perda populacional. Para reverter esta tendência, é crucial desenvolver, em conjunto com o crescimento económico, um plano para aumentar a oferta habitacional e melhorar as condições de vida do Concelho. Foi com este propósito que em 2023, foi feita a revisão da Estratégia Local de Habitação, também aprovada em Assembleia Municipal e pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Esta revisão levou a um

4/10/25

incremento de financiamento máximo de 3.114.000,00€, aprovado em 2021, para 14.841.000,00€, aprovados em 2023. Resultado desta revisão e no âmbito do Programa Primeiro Direito, em 2024 foram submetidas quatro candidaturas para a reabilitação de 17 habitações municipais, no valor de cerca de 1.400.000,00€. Em junho de 2024 o Município assinou os contratos de financiamento para a reabilitação de 10 fogos na Rua D. Sancho, obra já a decorrer, e um fogo habitacional na Rua da Estação, estando ainda em apreciação mais duas candidaturas. Em 2024 foram submetidas igualmente as candidaturas para a reabilitação de 12 habitações propriedade da Casa do Povo de Lavre, no valor de cerca de 946.000,00€, e 7 candidaturas para a reabilitação de habitações próprias de municipais diretos, ambas em apreciação por parte do IHRU. Iniciaram-se ainda os trabalhos preparatórios para a execução da Carta Municipal de Habitação, estando a decorrer o procedimento de contratação da empresa, que colaborará no Município na elaboração do documento e terá um custo total de 18.300,00€.

No âmbito da Cultura, Educação, Ação Social e Saúde, disse que o desenvolvimento socio-económico e a valorização deste território têm na cultura e arte marcas importantes e pilares fundamentais. Em 2024 foi dada continuidade a uma oferta diversificada de atividades multidisciplinares que refletem a crescente colaboração entre agentes culturais, Juntas, Freguesia e Município. Para apoiar as associações culturais do Concelho, investiram em 2024 um total de 611.694,37€, onde se destaca o apoio de 293.300,00€ a cinco associações com candidatura aprovada no âmbito dos apoios sustentados da Direção-Geral das Artes e também o apoio de 35.388,08€ à Casa do Povo de Lavre para a realização de obras de beneficiação do Salão de Atividades.

Prosseguiu-se com a dinamização do Ciclo da Primavera, consubstanciada na programação de 24 atividades culturais distribuídas por todo o Concelho, com um custo de cerca de 42.500,00€. As celebrações, alusivas ao dia 8 de Março e aos 50 anos 25 de Abril, implicaram investimento na ordem de cerca de 26.000,00 euros. Promoveram a Festa do Teatro, no mês de março, em parceria com diversas estruturas locais.

Apresentaram um conjunto de espetáculos dirigidos a vários públicos, atingindo o total aproximado de 1.370 pessoas, num investimento total de cerca de 20.000,00€. O evento teve também apoio da Direção-Geral das Artes.

Ainda na área cultural, o mês de outubro foi dedicado à música. Numa viagem entre o Barroco e o Jazz, celebrou-se a música de diferentes tempos e espaços e a ligação com artes cênicas.

Esta programação também, teve apoio da Direção-Geral das Artes, integrada na programação do Cine Teatro Curvo Semedo.

Decorreu também neste concelho o Festival Sete Sois Sete Luas, o Festival Terras Sem Sombra, o primeiro no valor de 14.730,00€ e o segundo 12.985,00€. Durante o mês de agosto, em parceria com o Rancho Folclórico Fazendeiro de Montemor-o-Novo, coproduziram a 12ª Mostra Internacional de Folclore de Montemor, trazendo à cidade grupos etnográficos de Portugal, Índia, México e Polónia. A participação do Município para este evento foi de 15.429,45€.

Em 2024 receberam, em frente ao Cine e Teatro Curvo Semedo, o programa musical "Em Casa de Amália", um investimento de 18.300,00€, com participação de vários fadistas montemorenses.

Decorreu ainda, o 16º Encontro Internacional de Marionetas, uma produção da Alma de Arame e do Município de Montemor-o-Novo.

As artes e atividades formativas funcionaram de forma regular em 2024. A Oficina do Teatro e do imaginário, uma parceria com o Projeto Ruínas, teve uma média de 20 participantes.

A Escola de Ballet da Câmara Municipal conta com cerca de 70 alunas e a Oficina do Canto cerca de 15 elementos. A Oficina da Criança manteve a sua atividade regular como espaço de porta aberta e diariamente frequentaram a oficina da criança uma média de 70 crianças em regime livre. Desenvolveu ainda a Oficina da Criança o projeto Descobrir Montemor Medieval em parceria com o Agrupamento de Escolas, realizando-se uma sessão de construção de adereços e fatos medievais por turmas do primeiro ciclo, que foram depois utilizados numa visita à Feira

Medieval e na exposição de trabalhos desenvolvidos com abordagem temática sobre este tema, apresentada na Feira da Luz, no espaço Brinca-Feira.

Os Encontros Literários tiveram em 2024 a temática Literatura e Música e o 25 de Abril. No dia 16 de novembro, inaugurou-se o Centro Interpretativo Levantado do Chão, de José Saramago, em Montemor-o-Novo, e a exposição Lavre nos quatro pontos cardeais de José Saramago, num investimento total de 60.355,52€. O Roteiro Literário Levantado do Chão foi novamente nomeado em 2024 como um dos 10 projetos finalistas do Prémio Nacional de Turismo 2024, na categoria de Turismo Inovador.

No que concerne à área da educação, o ano 2024 assinalou a estabilização da transferência de competências para a esfera municipal. O investimento com a transferência de competências para o Município foi de 1.943.538,81€. Relativamente à gestão dos refeitórios escolares, continuam a efetuar diariamente o acompanhamento próximo dos mesmos, assim como a monitorização da confeção das ementas em todos os refeitórios do Concelho. Sendo que os dois refeitórios da cidade da Escola Básica São João Deus e da Escola Secundária se encontram sob gestão direta da Câmara Municipal. Durante o ano 2024, registaram a despesa de 182.625,33€ para a aquisição de bens alimentares, para estes dois refeitórios.

No âmbito dos diversos protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesias e IPSS para o fornecimento de refeições nos refeitórios escolares, foram efetuados pagamentos em 2024 no valor de 156.603,15€.

Com o valor global de 99.900,00€, atribuíram 109 bolsas de estudo para o ensino superior, no ano letivo 2023-2024.

O senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção afirmando que geriram e organizaram as atividades de enriquecimento curricular, AECs, no primeiro ciclo do ensino básico, com a afetação de 31 técnicos, para garantir uma oferta a 100% das AECs em todas as escolas de concelho. No ano letivo 23-24, ano completo, foi gasto o valor de 48.275,51€, no primeiro período do ano letivo 2024-2025, foi gasto o valor de 19.902,02€. De forma a garantir o acesso a todos os alunos do pré-escolar ao 12º ano, o Município continuou a adesão à plataforma escola virtual, no valor de 60.000,00€ referente a 3 anos letivos, de 2022-2023 a 2024-2025.

Mantiveram a implementação da plataforma de gestão das refeições escolares, papelaria e buffet, a Edubox, no valor de 61.500,00€ também referente a 3 anos letivos.

Ao longo do ano de 2024, para garantir a qualidade do serviço público, procederam à admissão de 19 novos assistentes operacionais, auxiliares de ação educativa, para substituição de funcionários que saíram, reformas e mobilidade. Foram ainda colocados 4 assistentes operacionais, auxiliares de ação educativa e 2 assistentes técnicos - animadores culturais para substituições temporárias de funcionários relativas a baixas prolongadas, licenças de maternidade e acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais. No ano anterior, realizaram-se diversas obras e manutenções nos estabelecimentos de ensino. Através de um protocolo com a Junta de Freguesia de Cabrela, foram realizadas obras de melhoria e beneficiação do edifício de Jardim de Infância de Cabrela, bem como para a aquisição de equipamentos para o espaço exterior, num total de 33.256,91€. Foi colocada uma cobertura na Escola Básica São João de Deus, num investimento de 16.956,08€, possibilitando o melhoramento do espaço, permitindo as atividades letivas de expressão física e motora. Através de um protocolo com a União de Freguesias Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, foram efetuadas intervenções no espaço exterior da Escola Básica nº 5 de Montemor-o-Novo e na Escola Básica de São Mateus no valor de 32.386,64€. No âmbito dos protocolos estabelecidos com Juntas de Freguesia, foram realizados os ATLS de Verão em diversas localidades, nomeadamente Cabrela, Ciborro, Cortiçadas de Lavre, Foros de Vale de Figueira, Lavre, Santiago de Escoural e São Mateus, tendo sido investido no ano de 2024 o valor de 10.162,06€.

O Dia Mundial da Criança voltou a ser comemorado com a organização do conjunto de atividades propostas pelos serviços municipais e teve um custo de 5.170,27 euros.

Em 2024, na área da saúde, o Município concretizou ações para promover a saúde e prevenir doenças, com especial atenção à alimentação saudável.

Foram priorizadas a promoção de hábitos alimentares saudáveis na comunidade, a prevenção da obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Foram garantidas que as refeições escolares fornecidas aos alunos sejam nutricionalmente adequadas visando o seu crescimento saudável e o desenvolvimento cognitivo.

Colaboraram com o IPDJ, com a Unidade de Cuidados Continuados na Comunidade, em várias atividades do Concelho direcionadas para os jovens.

Na Feira da Luz/Expomor participaram com o Stand Juntos pela Saúde, em parceria com a Nova Medical School, Faculdade de Ciências Médicas, com Unidade de Cuidados na Comunidade e com a SEMEIA, Estratégia Alimentar, com o Centro de Respostas Integradas e Guarda Nacional Republicana. Desenvolveram ainda as Sessões pela Saúde dos Nossos Filhos em parceria com a Unidade de Cuidados Continuados e o Agrupamento de Escolas. Os projetos desenvolvidos tiveram como objetivo aumentar a literacia em saúde. A transferência de competências para o Município de Montemor-o-Novo a área da saúde continuou a representar um passo fundamental para a otimização dos serviços e para uma resposta mais eficaz às necessidades específicas de cada comunidade montemorense.

Disse acreditar que todo este complexo processo representa benefícios para a população, atendendo a que fomenta uma política de proximidade e diálogo com a resolução rápida dos problemas que vão surgindo. O investimento na área da saúde com a transferência de competências para o Município foi de 509.026,67€. Para garantir o funcionamento das unidades de saúde em Cabrela e Lavre, voltaram a estabelecer os protocolos necessários com as respetivas Casas do Povo, com a alocação de 3.000,00€ para Cabrela e 3.500,00€ para Lavre. Em 2024 inauguraram a nova Unidade de Saúde de São Cristóvão, onde foi protocolado com a Junta de Freguesia, a colaboração para a realização das obras necessárias. Foi um investimento total do Município de 18.546,86€. A Unidade de Saúde de São Cristóvão irá ter brevemente uma outra intervenção no âmbito da candidatura ao PRR e que incidirá sobretudo ao nível de eficiência energética, um investimento de cerca de 67.000,00€. Foram ainda realizadas obras de manutenção e conservação no valor total de 8.800,00€, nas unidades de saúde de Lavre e Cortiçadas de Lavre. Estas duas unidades de saúde foram ainda candidatas também a fundos PRR para a realização de obras de qualificação para o aumento da eficiência energética num total de 20.000€. Para a localidade das Silveiras foram adquiridas três estruturas modulares no valor de 22.078,50€ e três equipamentos de ar-condicionado no valor de 1.771,20€ para servirem provisoriamente de unidade de saúde, permitindo àquela população usufruir de cuidados-saúde primários num espaço condigno. As unidades de saúde familiar de Montemor-o-Novo receberam em 2024 uma viatura elétrica nova que irá facilitar e melhorar a prestação dos cuidados de saúde no Concelho, nomeadamente nas diferentes unidades de saúde das freguesias rurais.

Na área social, a transferência de competências para o Município consolidou-se em 2024. Foi novamente protocolado com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, a delegação de competências no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, o SAS, e o acompanhamento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, o RSI. Neste âmbito, durante o ano de 2024 foi efetuado o acompanhamento a 269 famílias. O investimento na área de ação social com a transferência de competências para o Município foi de 153.840,73€.

Prosseguiram uma política de apoio às instituições da área social, materializada no montante de 391.451,84€, o qual se consubstanciou em protocolos estabelecidos com centros lúdicos, apoio financeiro a alunos economicamente desfavorecidos e na atribuição de subsídios ordinários a instituições sociais, tanto de âmbito profissional como não profissional. No mês de outubro de 2024, celebrou-se mais uma edição do mês do cidadão idoso, através de um conjunto diversificado de iniciativas desenvolvidas em todo o território concelhio.

O senhor Presidente realçou aqui, o suporte logístico e financeiro da Autarquia, num montante de 10.000,00€, a organização do convívio de Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho, que congregou cerca de 800 participantes, no Parque de Exposições Municipal. Também em 2024, voltaram a estabelecer com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo o protocolo no valor de 12.500,00€ para fornecimento de 2.500 refeições à equipa de combate a incêndios rurais dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, reconhecendo o trabalho desenvolvido por esta instituição na área do apoio social. No seguimento da candidatura Radar Social ao PRR Investimento, nova geração de equipamentos e respostas sociais, o Município de Montemor-o-Novo procedeu à constituição de uma equipa que em articulação com a rede social local, atualizou documentos estruturantes, o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e o plano de ação para o território concelhio. A referida candidatura, que foi aprovada em 2024, beneficia de um apoio financeiro global de 169.299,10€. No âmbito do Turismo e Património Cultural, setores considerados de importância estratégica para o desenvolvimento económico do Concelho, 2024 foi um ano de notável crescimento turístico. Foi marcado por eventos de grande impacto e iniciativas estratégicas. O Concelho registou um aumento de 28% nos atendimentos turísticos, impulsionado pela procura crescente. A Feira Medieval de Montemor-o-Novo, cativou cerca de 10 mil visitantes e representou o momento turístico mais significativo do ano. A promoção turística do Concelho ganhou ainda destaque na Bolsa de Turismo de Lisboa, onde o Festival de Lavre e o Centro Interpretativo da Gruta do Escoural foram apresentados. O desenvolvimento do setor turístico local foi impulsionado por iniciativas de formação e diálogo, como o Protocolo de Formação “Mais Próxima” e a iniciativa “Vamos Falar de Turismo” em 2024, subordinada ao tema Turismo Cultural. O património natural e cultural de Montemor-o-Novo foi valorizado através da implementação de percursos pedestres, com um investimento municipal de cerca de 24.000,00€.

O Alentejo Walking Festival, um evento anual promovido pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, teve início em Montemor-o-Novo com o apoio do Município. O Festival de Sopas voltou a celebrar a gastronomia local, reunindo restaurantes e produtores da região. O investimento na 20ª edição do Festival de Sopas foi de 25.166,32€.

Na área do Património Cultural foram realizadas diversas exposições, onde se destaca a instalação no Museu de São Roque da exposição as Relíquias de São Filipe e seu Companheiro e a conceção e realização da exposição “Dar de comer a esta vila” por ocasião da Feira Medieval de junho.

No âmbito do projeto dos migmatitos de Rio Almansor deu-se início à aquisição de serviços no valor de 12.942,11€ para ações previstas no âmbito do protocolo de estudo, salvaguarda e divulgação.

Em 2024 foi lançado o número 6 da 2ª série da Revista Almansor, com um custo de produção de 6.148,77€.

No Arquivo Municipal, inseridas no Ciclo de Conferências de Diálogos sobre a Idade Média, realizaram-se seis sessões sobre a temática.

Em matéria de desenvolvimento urbanístico, sustentabilidade e qualidade de vida, para atingir o sucesso integral em Montemor-o-Novo, depende-se de um desenvolvimento urbanístico sustentável. É fundamental assim assegurar que os serviços essenciais como saúde, educação e cultura, sejam acessíveis a todos os munícipes.

Sob a perspetiva da proximidade e da importância do primeiro nível de contacto entre a população e o Poder Local, as freguesias, que em muitas situações substituem o Poder Central e o próprio Município, o ano 2024 foi novamente marcado por uma atenção particular às sete freguesias do concelho. A realização de protocolos de colaboração, no valor de 136.165,61€, a celebração de contratos interadministrativos no valor de 189.818,94€ e outros contratos no valor de 250.600,00€, onde se incluem refeições, lanches e transportes escolares.

Todos estes contratos e protocolos revelam todo o apoio possível às freguesias do Concelho de Montemor, constituindo um compromisso primordial.

No âmbito do Gabinete de Apoio às Freguesias, tem sido assegurado um tratamento equitativo a todas as freguesias, em consonância com os princípios da universalidade e da igualdade. Foram ainda contemplados nos autos de transferências da Direção-Geral das Autarquias Locais um montante global de 267.446,97€ a ser distribuído diretamente às freguesias do Concelho. Para melhorar os transportes escolares e coletivos nas freguesias foram ainda estabelecidos contratos interadministrativos com três Juntas Freguesia, para aquisição e renovação de carrinhas de transporte, no valor de 65.461,44€.

No decurso do ano de 2024, procederam à execução da empreitada de pavimentos betuminosos em diversas ruas das freguesias de Concelho, representando um investimento global de 237.271,92€. A identificação dos 11 arruamentos intervencionados foi efetuada em estreita colaboração com as respetivas Juntas de Freguesia, que definiram as prioridades de atuação. O Município investiu ainda 215.000,00€ na continuidade da regularização de estradas e caminhos de terra batida e da rede viária do Concelho. Paralelamente foi concluído o melhoramento dos órgãos de drenagem da estrada municipal 7, Courela da Freixeirinha, no valor de 21.804,00€.

A frota automóvel municipal, que se encontrava bastante envelhecida, foi fortemente reforçada. Para melhorar as condições de transporte de passageiros, foi adquirida uma viatura ligeira de passageiros destinada ao transporte escolar, no valor de 44.900,00€. Ainda no mesmo ano, no âmbito e para substituir a viatura do ano de 1996, o Município de Montemor-o-Novo investiu 325.704,00€ num autocarro de passageiros de 55 lugares, complementado por um minibus de 25 lugares no valor de 180.748,00€. A frota operacional, também foi aumentada em 2024, para garantir e manter a qualidade dos serviços públicos prestados, o Município adquiriu uma mini-escavadora de rastros, 59.655,00€, dois tratores, 144.640,00€, uma viatura ligeira de mercadorias, 32.000,00€, uma viatura de todo o terreno para jardins e espaços verdes, 9.879,80€ e uma varredoura mecânica, 91.697,00€. Para melhorar a recolha de resíduos sólidos urbanos e para substituir uma viatura com mais de 30 anos, foram investidos 201.966,00€ numa viatura nova com um volume de 16m³ de carga traseira, que irá possibilitar uma maior eficácia e rapidez no serviço prestado. Na sua frota automóvel e operacional, o Município investiu, em 2024, 1.091.189,00€.

Na gestão corrente de cemitérios, realçaram um investimento de 16.918,00€, que possibilitou a continuação da implementação de uma aplicação para agilizar os processos de inumação e exumação, otimizando o atendimento ao Município.

Foram ainda realizadas obras de melhoria nas instalações dos funcionários do Cemitério de São Francisco, com um investimento de cerca de 9.000,00€. Nesta área, o ano ficou ainda marcado pela adjudicação da empreitada de conclusão do crematório de Montemor-o-Novo, uma obra no valor de 66.504,37€.

No âmbito do Serviço Municipal de Veterinária, o ano de 2024 ficou marcado por uma intensa atividade na promoção do bem-estar e segurança animal.

A conclusão das obras de melhoramento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, com um orçamento de 31.960,38€ e cofinanciamento do ICNF em 17.290,00€, permitiram melhoramentos e avanços significativos. A sala de tratamento e esterilização foi modernizada, o sistema de segurança contra incêndios reforçado, um parque de exercícios criado e foram implementados compartimentos de isolamento e quarentena.

Este projeto concretizou os compromissos assumidos, impactando positivamente a saúde pública, a adoção de animais, a sensibilização para a posse responsável e, fundamentalmente, o bem-estar animal.

Os jardins e espaços verdes, melhoram significativamente a qualidade de vida urbana, como tal, contaram em 2024 com um investimento de 37.294,00€. Na gestão do arvoredo urbano realizaram-se podas, avaliações, monitorizações e abates por questões fitossanitárias e a implantação e substituição de 28 árvores caídas ou batidas na cidade. Na gestão de rega, com

um investimento de 8.500,00€, sensivelmente realizaram-se a reparação de pequenas roturas e avarias, a instalação de sistemas de rega gota a gota em zonas sem sistema de rega, a remodelação gradual do sistema de rega do Parque Urbano e o apoio na elaboração de projeto de remodelação do sistema de rega das piscinas municipais recreativas, a obra neste momento a decorrer.

Na gestão dos parques infantis em espaço público, procedeu-se à criação e manutenção de bases de dados dos parques infantis e à sua monitorização e propostas de remodelação. Intervencionou-se o Parque Infantil do Centro Escolar, um investimento de 6.150,00€, e adquiriram serviços especializados para inspeção bianual de parques infantis, um investimento de cerca de 2.000,00€, tendo conseguido aumentar os parques certificados de 4 para 15. Houve ainda um reforço na maquinaria e equipamentos, com a aquisição de corta relva, serra elétrica, dois separadores, uma roçadora e correntes, um investimento estimado em cerca de 6.500,00€. A mobilidade urbana teve importantes avanços em 2024, a estratégia Mobimor, mobilidade urbana sustentável para Montemor-o-Novo, organiza-se em torno de quatro eixos fundamentais, a circulação pedonal, a circulação viária, transportes públicos e descarbonização. Neste contexto, desenvolveram o MorBike, sistema de partilha de bicicletas elétricas públicas, com um investimento total de 258.718,20€, cofinanciado em 219.910,47€ pelo PEDU Alentejo 2020 e que se tornou operacional em setembro de 2024.

Continuaram junto da comunidade intermunicipal do Alentejo Central o procedimento para o projeto piloto de transporte público urbano, baseado no minibus - Morbus, cuja operacionalização se iniciou no passado mês de março de 2025. Está ainda em processo de contratação pela CIMAC, um projeto experimental de transporte público flexível de serviço a pedido, o MorTaxis, que terá por base os táxis locais que venham a aderir a esta iniciativa.

Em 2024, a área ambiental e de adaptação às alterações climáticas foi marcada pela aprovação da Estratégia Ambiental de Montemor-o-Novo. Este documento, que reflete uma visão abrangente dos nossos desafios ambientais, foi enriquecido por mais de 500 contributos e sugestões da comunidade, levando a alterações significativas e à inclusão de uma nova linha de ação em saúde ambiental.

Foi ainda aprovado o River, Plano de Restauro e Valorização da Rede Hidrográfica de Montemor-o-Novo, um instrumento que congrega um conjunto de linhas orientadoras para o planeamento e gestão do território do Concelho. Este plano incide primordialmente sobre a gestão das linhas de água em contexto urbano e assegura o normal escoamento das águas e controla a vegetação infestante e invasora, foram efetuados trabalhos de limpeza e desobstrução na ribeira de São Geraldo e na linha de água de São Pedro, Horta do Goivo e Fontainhas.

Estas intervenções visaram promover a renaturalização, aumentar a biodiversidade e reduzir os riscos de erosão e de incêndio. O Rio Almansor, a principal linha de água do Concelho, foi também fortemente trabalhada em 2024. A dificuldade de resolução dos muitos problemas do Rio Almansor decorre da multiplicidade de fatores que neles têm participação e nas relações de interdependência que estabelecem entre si. Esta característica exige uma resposta integrada e direcionada em simultâneo para as várias frentes que estão nas origens dos problemas. Este princípio ganhou particular significado e relevância quando o Município elegeu a requalificação da rede hidrográfica, com destaque para o Rio Almansor, como uma das suas prioridades em termos de política ambiental. Foi criado o Grupo de Trabalho do Rio Almansor alargado, que permite reunir os principais intervenientes com responsabilidades oficiais nos diferentes sectores. Este grupo de trabalho é composto pelo Município, pela APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, pela AgdA, as Águas Públicas do Alentejo SA e pela DGADRE, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Durante o ano de 2024 foram trabalhados diversos temas, tais como a determinação das necessidades de intervenção para a melhoria do funcionamento do sistema de recolha de águas pluviais e de águas residuais domésticas da cidade de Montemor-o-Novo, a caracterização do sistema de recolha de águas residuais industriais da zona industrial da Adua e avaliação das

necessidades de intervenção, na mesma, a caracterização do sistema e recolha de pré-tratamento de águas residuais industriais da Apormor e avaliação de necessidades de intervenção e a resolução do não cumprimento do caudal ecológico da barragem dos minutos. Continuaram o projeto de restauro, valorização ecológica e criação de percurso pedestre no Rio Almansor e aprofundaram o estudo de afloramentos migmatíticos do Almansor com protocolo entre o Município, a Universidade de Évora e o Instituto D. Luís da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que têm como principais objetivos a inventariação e classificação deste património geológico do Concelho.

No âmbito do abastecimento de água para consumo humano, saneamento, águas residuais e resíduos, a gestão criteriosa dos recursos hídricos destinados ao consumo humano, o saneamento e os tratamentos efluentes, conjuntamente com a gestão dos resíduos sólidos urbanos, representam vetores de elevada prioridade na ação da Administração Municipal. Na área do abastecimento de água, além da normal operação e manutenção dos sistemas, procederam à substituição integral da conduta de distribuição de água que efetua a travessia da Avenida Gago Continho entre a Rua Dr. Adriano Vaz Velho e a Rua da Liberdade, numa extensão total de cerca de 31 metros lineares. Este investimento municipal ascendeu a 25.000,00€, mas contribuiu para uma melhoria da qualidade do serviço prestado à população, através de um sistema mais resiliente, robusto e de uma melhor pressão no serviço.

Em 2024, iniciou-se, sob responsabilidade das águas do Alentejo, a empreitada para execução da nova Estação de Tratamento de Águas Residuais do Ciborro, que ainda decorre com um valor de aproximadamente 2.000.000,00€, dimensionada para 900 habitantes, com uma capacidade diária para tratamento de 197 m³ por dia de águas residuais provenientes da aldeia do Ciborro. Em 2024, o Município de Montemor-o-Novo foi distinguido, à semelhança de outras 83 entidades gestoras, com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano. Este selo visa distinguir entidades gestoras com melhor qualidade de água para consumo humano, no universo de 221 entidades gestoras que prestaram este serviço de abastecimento público de água em baixa. Para uma correta e eficaz gestão de resíduos, foi fundamental a aprovação, com parecer favorável da CCDR, da Agência Portuguesa do Ambiente e da ERSAR, do Plano de Ação para o Plano Estratégico de Resíduos Urbanos do Município de Montemor-o-Novo 2030. O projeto Montemor Circular foi consolidado durante o ano 2024. Houve um reforço na recolha de bioresíduos de jardins, com aumento da capacidade de recolha através da aquisição de três contentores metálicos, um investimento de cerca de 22.750,00€, financiado a 100%.

Com este investimento, verificou-se o aumento da recolha em 79% em comparação com o ano de 2022. Aumentaram o circuito piloto da recolha de bioresíduos alimentares no setor não doméstico, com uma equipa a tempo inteiro de duas pessoas. Na área dos resíduos, efetuou-se ainda o reforço contido aos resíduos urbanos, no valor de cerca de 7.900,00€.

A nível da limpeza urbana, houve reforço no controlo de pragas na cidade. Contrataram serviços especializados para roedores e baratas em espaços e edifícios públicos, com aumento da frequência de aplicação no saneamento com efeitos positivos, tendo diminuído significativamente o número de reclamações, com uma verba investida de cerca de 16.000,00€. Adquiriram-se ainda serviços especializados para o controlo de pombos no valor de 6.400,00€. Iniciou-se o serviço interno de controlo químico de vegetação, após a obtenção da autorização da DGAV e formação dos funcionários e ainda a capacitação das equipas para controlo de vegetação com roçadora.

Para o desenvolvimento do Concelho, o desporto é um pilar fundamental, com impactos diretos na saúde física e mental e no desenvolvimento social de cidadãos, especialmente dos mais jovens. Cientes desta importância, promoveram eventos municipais e apoiaram o movimento associativo para assegurar desporto para todos, combatendo o isolamento e as desigualdades e promovendo estilos de vida saudáveis através da atividade física.

No ano de 2024, o apoio da Câmara Municipal às Associações Desportivas foi de 429.939,64€. A intensa atividade desportiva, promovida em 2024, contribuiu significativamente para o

incentivo à prática desportiva e à adoção de estilos de vida saudáveis em toda a comunidade. Através de parcerias com a CIMAC, Juntas de Freguesia, Associações e Agrupamentos de Escolas, desenvolveram diversas atividades para diferentes segmentos de população, resultando na realização de cerca de 50 eventos desportivos, com um investimento de cerca de 30.000,00€. Relativamente às infraestruturas desportivas, destacou a inauguração de relvados do Estádio 1º de Maio, os relvados de futebol de salão, futebol 7 e futebol 11. Esta requalificação incluiu ainda a reabilitação da antiga bancada e balneários, capacitando o Estádio 1º de Maio de melhores e modernas infraestruturas. Esta obra foi apoiada pelo Município em 358.800,00€, através de um protocolo celebrado com o Grupo União Sport, com um prazo de 13 anos.

Na área da juventude foram desenvolvidas internamente atividades nos vários ateliers, nas áreas de música, robótica, novas tecnologias, alimentação, apoio nos intervalos do grupamento de escolas, entre outras. Foram ainda contratados serviços para desenvolvimento de atividades em colaboração com o grupamento de escolas, nas áreas de desenvolvimento pessoal, teatro, cerâmica, robótica, ciência e outras. O investimento na área da juventude afetou cerca de 65.000,00€.

A nível do empreendimento juvenil, continuaram a implementação de programas pedagógicos de empreendedorismo nas escolas. Os programas educativos pedagógicos de empreendedorismo no ano letivo de 2023-2024, nomeadamente os programas Missão Montemor, Artes e Ofícios e Concurso de Ideias “Cria o Teu Futuro” foram destinados aos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino secundário.

Para garantir a proteção em todo o Concelho, o Serviço Municipal de Proteção Civil é responsável por implementar diversas atividades que vão desde a prevenção e avaliação de riscos até ao planeamento e apoio direto a operações de socorro e salvamento. Durante o ano de 2024 foram bastantes as atividades e ações desenvolvidas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. No 10º Encontro de Cidades e Vilas Resilientes, o Município recebeu o certificado de reconhecimento atribuído pela ONU, assumindo assim o compromisso para a redução de riscos de desastres e resiliência. Em maio, comemorou-se o Dia Europeu da Segurança Rodoviária, tendo sido dinamizada uma iniciativa que envolveu as crianças do primeiro ciclo e do ensino secundário. Esta ação procurou sensibilizar para a sinalização de trânsito, bem como para a forma correta de circular a pé em locais com trânsito.

No cumprimento da norma 3 de 2023, a preparação e resposta em eventos de massas que é datada de 10 de maio de 2023, foi realizado o plano de coordenação de evento para a Feira Medieval, para a Mostra Internacional de Folclore, para a Noite Branca 2024, para o Trail da RFM, para o Festival de Sopas e também o plano de coordenação para a Feira da Luz e a Expomor 2024. Neste âmbito foi prestado apoio na realização do plano de coordenação de evento para o Festival de Lavre e para o Alentejo World Heritage Festival 24 em Cabrela. No âmbito do plano de coordenação para a Feira da Luz/Expomor foi implementado um posto de socorros no recinto da feira em parceria com os Bombeiros Voluntários com um investimento de 4.130,00€. Foi ainda adquirida uma tenda de campanha com 45m2, resistente ao fogo e raios UV, no valor de 14.280,78€, por forma a reforçar a capacidade logística do Serviço Municipal de Proteção Civil, no apoio a desalojados, auxilia às populações e suporta às forças de socorro em situações de acidente grave ou catástrofe. A tenda será também utilizada para o posto de coordenação, apoio aos agentes de proteção civil, ações de planeamento de emergência, exercícios e treinos, bem como no apoio a eventos. Continuaram o apoio prestado às IPSS do Concelho em matéria de segurança contra incêndios em edifícios, com a formação dos seus funcionários, a organização de uma mala de primeiros socorros, chamada 112, suporte básico de vida e manutenção de extintores, numa parceria entre o Serviço Municipal de Proteção Civil, o Centro de Saúde, a Unidade de Cuidados na Comunidade e os Bombeiros Voluntários. As ações de formação culminaram com a realização de simulacro no cumprimento de todas as suas medidas de auto-proteção. Em 2024 foram apoiadas as seguintes instituições, Associação 29 de Abril, Associação

Protetora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores e Associação de Proteção Social à População de São Geraldo, o Girassol.

Foram elaboradas as medidas de auto-proteção dos edifícios e instalações municipais, observando o cumprimento e adequação à legislação vigente, normas e regulamentos aplicáveis, com um investimento de cerca de 4.674,00€.

No que respeita a ações de formação e no âmbito do Programa de Sensibilização e Formação Escolar, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, a UCC e o SUB, foi dada continuidade às ações com funcionários da escola em suporte básico de vida, utilização e manuseamento de extintores, constituição da caixa de primeiros socorros. Foram realizados simulacros nos seguintes estabelecimentos de ensino, Escola Básica 5, Centro Escolar e na Escola Secundária. Tal como em anos anteriores, foi realizado o procedimento para manutenção de extintores e carretéis e edifícios municipais, o valor de cerca de 4.500,00€. Ainda no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, na área do Gabinete Técnico Florestal, implementaram o Programa de Voluntariado Jovem, equipa de vigilância florestal, com um custo de cerca de 3.080,00€. Realizaram a limpeza das faixas de gestão de combustível em estradas e caminhos municipais, um valor de procedimento de cerca de 45.000,00€ e continuaram a implementar o plano de ação para vigilância e controlo da Vespa Velutina, numa parceria com a CIMAC, recorrendo a fundos comunitários.

Na sequência do trabalho desenvolvido na recuperação da Herdade da Adua, foi adquirido e instalada uma vedação no valor de 9.039,27€. O Serviço Municipal de Proteção Civil de Montemor-o-Novo, em articulação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, através do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil do Alentejo Central e com o Corpo Bombeiros de Montemor-o-Novo, realizou no mês de maio, o exercício de proteção civil de natureza Live Exercise e Comand Post Exercises, denominado Ciborro 24, que contou com a presença no terreno de mais de 100 operacionais. Este exercício procurou testar e exercitar a resposta operacional estabelecida pelo Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Montemor-o-Novo. Teve a simulação de um quadro de condições meteorológicas adversas, severas, e estas foram o mote para os acontecimentos simulados que despoletaram intervenções dos agentes da Proteção Civil.

Deram continuidade ao apoio financeiro concedido à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo. Esta relevante instituição montemorense desenvolve em benefício da população um conjunto diversificado e importante de atividades à proteção de pessoas e bens, nomeadamente o socorro pré-hospitalar, combate a incêndios, o fomento à atividade física e desportiva, também através da sua secção de atletismo e equipa de manobras. E ainda promove o desenvolvimento cultural por intermédio da sua fanfarra. Em 2024, o subsídio ordinário atribuído à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo manteve-se em 120.000,00€, com o objetivo de garantir a prestação permanente de serviços de socorro às populações. O Município de Montemor-o-Novo apoiou as duas equipas de intervenção permanente. Em parceria com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, este apoio representou um investimento anual de 72.800,00€. Mantiveram ainda o apoio nas refeições referentes à equipa do dispositivo especial de combate a incêndios rurais, no valor de 12.500,00€. Adicionalmente, estabeleceram dois importantes compromissos com a Associação Humanitária, através do protocolo de 140.000,00€, apoiaram a aquisição de duas novas viaturas. Para resolver a falta de espaço no quartel que impede o armazenamento adequado de viaturas e equipamentos, formalizaram outro acordo com o apoio financeiro de 180.000,00€ para a compra de terreno e edifício destinados a estacionamento. No ano de 2024, o Município de Montemor-o-Novo, comprometeu-se com o apoio significativo de 525.300,00€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo.

A terminar o senhor Presidente agradeceu o trabalho dedicado dos trabalhadores e colaboradores do Município de Montemor-o-Novo, o seu esforço, colaboração, disponibilidade

e união continuam, todos os dias, a ser a chave para alcançar os propósitos do Município e para construir um futuro ainda mais promissor para o concelho, motivo do orgulho.

Tomou seguidamente a palavra o senhor Gil Porto para iniciar a sua intervenção dizendo que atendendo a que o documento da Prestação de Contas foi retirado da anterior reunião de Câmara, perspectivava que estivessem identificadas as alterações que levaram a que o documento fosse retirado e que fosse hoje aqui apresentado, situação que não se verificou.

O que aconteceu na realidade foi uma leitura compulsiva de todo o documento, fruto também eventualmente da incapacidade de resumir ao essencial e não só o trabalho de gestão corrente que aqui está a ser apresentado. E se a estratégia é apresentar o documento de forma exaustiva, não lhe parece a metodologia mais correta, porque a conclusão que se tira desta Prestação de Contas é que, novamente, a despesa e a dívida aumentaram exponencialmente, sem obra efetiva que o justifique, como se depreendeu da intervenção inicial.

Ressalta o aumento muito significativo da dívida a fornecedores, financiamento e outras contas a pagar, que existe uma diminuição de cerca de 322.000,00€ de património líquido, que o resultado líquido de 2024 continua com um “prejuízo de mais de 2 milhões e meio de euros”. Após três anos, da transferência de competências, conseguiu-se finalmente ter uma amostragem da mesma, do que é efetivamente o impacto financeiro da transferência de competências, o qual está bem visível relativamente aos problemas que daí advieram e que estão a afetar as contas do Município.

Solicitou ainda justificação relativamente ao aumento da dívida a fornecedores, sendo mais do dobro do ano anterior.

Assistiu-se a prestações sociais que voltaram a aumentar de forma muito elevada, solicitou também esclarecimentos para esta situação, atendendo a que não dispõem de conhecimento neste âmbito.

Questionou ainda qual a razão para as imparidades de dívidas a receber, estando positivo, se existe alguma dívida que tenha sido considerada e que foi recebida, bem como, o valor recebido das rubricas da Derrama, IRS e IMI e qual o impacto da sua redução nas contas do Município.

Realçou que as ajudas de custo continuam a subir 10% ao ano.

Salientou uma questão técnica, referida inicialmente na intervenção do senhor Presidente, mais concretamente, na página 62, onde diz, nos fornecimentos e serviços externos verifica-se que uma diminuição do valor de 2024 é menos de 201.000,00€, esta frase não está correta porque no quadro acima, existe um aumento do valor e não uma diminuição do mesmo, situação que considerou de extrema importância, em seu entender parece-lhe um equívoco, no texto que está colocado por baixo, ou então um equívoco do quadro, o que coloca em causa um conjunto de contas que estão a ser avaliadas.

Realçou ainda que, existindo uma nota no documento, que se refere à contabilidade de custos não estar totalmente implementada, devido aos serviços não financeiros não estarem sensibilizados para disponibilizar a informação, questionou o que está a ser feito, para alterar a falta de sensibilização dos serviços como é referido, no sentido de colocar em prática a efetiva contabilidade de custos.

Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador António Pinetra para inicialmente agradecer o trabalho realizado pelos Técnicos da Câmara Municipal na elaboração do presente documento.

Referiu-se seguidamente ao selo da qualidade da água em 2024, questionou se este selo esteve suspenso, atendendo a que esta questão já se reporta a 2017 ou 2018 quando foi atribuído.

Referiu-se seguidamente ao assunto da atribuição de apoio aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, afirmando que ficou mais satisfeito com a explanação do assunto, na presente reunião, porém reportou-se ao apoio prestado ao Grupo União Sport que foi alvo de um apoio que está diluído em 13 anos, e porque é que não se faz referência ao apoio aos Bombeiros, que teve um apoio de 140.000,00€ para a aquisição de viaturas em 4 anos, e ainda 180.000,00€ para a aquisição do terreno, que é em 15 anos, ou seja, são 12.000,00€ por ano,

para o terreno e barracão, como tal entende que os Bombeiros também devem ser alvo desta referência, até para esclarecer quem lê o documento de que Bombeiros não receberam mais de 500.000,00€ de apoio da Câmara Municipal, de facto existe esse compromisso, mas não existiu essa transferência de verba para a Associação, o que efetivamente foi transferido em 2024, foi sensivelmente 265.000,00€.

Referiu-se seguidamente à área ambiental, e ao abate de árvores, salientando que após o seu abate os troncos deverão ser removidos, e as árvores substituídas por outras, salientou aqui o apoio que os Bombeiros Voluntários prestam neste âmbito.

Apresentou uma palavra de apreço pela requalificação da ETAR do Ciborro em parceria com a AgdA, que após vários anos foi possível concretizar esta obra, lamentando que o mesmo não tenha acontecido com a ETAR do Escoural e outras igualmente necessitadas.

Referiu-se ainda ao coletor do emissário a partir da Zona industrial da Adua, até à nova ETAR, ao qual não foi feita referência, no entanto trata-se de um problema que a AgdA já deveria ter solucionado, atendendo a que afeta a população em geral.

A concluir reportou-se a uma viatura que o senhor Presidente citou, de 1996, a qual foi substituída por um autocarro, alertando de que a referida viatura já estava eliminada e acrescentando que nunca se efetuou transportes de crianças, com viaturas com mais de 16 anos. Foi o senhor Presidente que retomou a palavra tendo dito que o documento foi retirado da ordem de trabalhos da última reunião por indicação do Executivo e também pelo facto da equipa de Revisores Oficiais de Contas ter enviado um conjunto de sugestões para o melhoramento do relatório, mas que não tiveram qualquer implicação nos resultados, tratou-se de pequenas indicações e que foram corrigidas, porém não houve possibilidade de as corrigir nas 48 horas anteriores à reunião de Câmara, por esse facto é que houve necessidade de convocar a presente reunião extraordinária. Reafirmou que não existe qualquer alteração nos relatórios.

Disse seguidamente que a explanação do documento foi exaustiva porque no decurso do ano de 2024 foi realizado bastante trabalho, como tal não conseguiu resumir a sua intervenção.

Acrescentou que existe muita despesa sem obra significativa, nomeadamente de manutenção de equipamentos antigos e muita obra está a ser concretizada atualmente.

Disse depois que uma gestão autárquica atual, passados 50 anos do 25 de Abril, não se cinge apenas a obra, mas também com proximidade, com acompanhamento, com resolução de problemas. Por outro lado, está-se num interregno de dois quadros comunitários, terminou o PT 2020, que tinha sido lançado nos anos anteriores, e os avisos do PT 2030 estão a surgir agora, os projetos e candidaturas vão ser apresentados nesta fase, para as obras que serão executadas nos próximos anos.

A diminuição do património líquido tem a ver com o facto de, no ano anterior, ter sido recomendado pela equipa dos Revisores Oficiais de Contas, enquadrar no património o Município, o património da EREDES, no Concelho de Montemor-o-Novo. Este ano a Comissão de Normalização Contabilística indicou que deveria de ser desreconhecido, ou seja, no ano passado existia mais património e existia mais amortizações do exercício. Este ano, ao desreconhecer este património, existe menos património, mas também, por outro lado, existe menos amortizações.

Disse depois que não está preocupado com o resultado líquido negativo, aliás, em 2017 a Câmara teve também um prejuízo de 1.520.000,00€ e nessa altura o Executivo também não estava preocupado com esse prejuízo.

Estaria sim preocupado, se as disponibilidades não totalizassem, em termos de caixa e depósitos bancários, o que totalizam e que neste final de ano eram 5.641.858,39€. Relativamente ao aumento da dívida a fornecedores está relacionado com o facto de ter sido recebido 1.475.000,00€ para a intervenção do Convento da Saudação e a obra ainda não ter sido executada.

Relativamente ao aumento das prestações sociais, foram apoiadas 269 famílias.

Realçou que a Derrama, por indicação deste Executivo com Pelouros foi reduzida ao longo dos anos, estava fixada em 1% em 2023 e daí ter sido recebido em 2024 e também a participação do Município no IRS, que era de 5%, o valor máximo legal em vigor em 2020 foi recebido em 2021, o máximo de 5%, mas em 2023 a taxa de participação do Município era de 3%, menos 2%, e foi o valor recebido em 2024.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, eram 8.270.000,00€ e atualmente são 8.471.000,00€, verificou-se um aumento nesta área.

No que diz respeito à contabilidade de custos, ainda não se dispõe de recursos humanos por forma a conseguir implementá-la, será necessário a abertura de um concurso para admissão de um técnico superior.

A dedicação dos técnicos da divisão foi para possibilitar o reporte da transferência de competências atempadamente, por forma a que desbloqueasse a verba que estava retida. Relativamente às questões colocadas pelo Vereador António Pinetra, disse que, não afirmou que tinha deixado de ser atribuído o selo de qualidade da água, apenas salientou que em 2024 foi obtido, esse selo, num conjunto de 81 entidades que fornecem água em baixa, apenas foi a informação que prestou.

Relativamente ao apoio aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, e no que diz respeito à divisão no tempo, em 2024, foram atribuídos de apoio ordinário 120.000,00€, 36.400,00€ para a equipa de intervenção permanente-1, 36.400,00€ para a equipa de intervenção permanente - 2, 18.000,00€ no protocolo de aquisição de terreno com barracão, 43.776,57€ do protocolo para a aquisição de duas carrinhas, 801,36€ para apoio à manutenção e reparação de equipamento, 10.570,00€ do protocolo para aquisição de duas viaturas, 430,80€ para aquisição de pneus, 2.009,28€ apoio à manutenção e inspeção de equipamento da barquinha, 3.000,00€ de apoio para arraial 2024, 160,00€ do protocolo de colaboração na freguesia de Cabrela, 1.527,28€ no apoio à manutenção e reparação de equipamento, 28.943,71€ correspondentes ao vencimento do Comandante dos Bombeiros, que foi cedido pela Câmara por utilidade pública, mas que é suportado pela Câmara, refeições do dispositivo especial de combate a incêndios rurais, 12.500,00€, seguros das viaturas, 5.328,29€, seguro de acidentes pessoais, 3.292,75€. O total de ajudas transferidas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024 à Associação Humanitária dos Bombeiros de Montemor-o-Novo totaliza 323.050,04€.

Relativamente à ETAR do Ciborro, é uma obra importante no Concelho, sobre a ETAR do Escoural não se dispõe de mais informações, porém a AgdA estava em negociação com os proprietários dos terrenos e o concurso estava lançado para a obra avançar. O emissário da Zona Industrial da Adua a unir a Estação Elevatória 1, 2 a 3, também se prevê o investimento da AgdA até janeiro de 2027.

O senhor Presidente passou a palavra à Dra. Susana Curto para prestar mais algumas informações complementares.

Assim e no uso da palavra a Dra. Susana reportou-se ao aumento da dívida a terceiros, explicando que uma das justificações pela qual se verificou este aumento, comparativamente a 2023, deveu-se ao facto de em 2024 o volume de faturação ter sido bastante superior, nomeadamente pelo facto de durante o mês de dezembro terem saído muitas notas de encomenda para os fornecedores, o que implicou que posteriormente os fornecedores tivessem que emitir as respetivas faturas, serem enviadas, contabilizadas e ainda serem conferidas pelos serviços, acrescendo ainda que, por vezes não conferidas dentro dos prazos, no sentido de se concretizar os pagamentos ainda, no decurso do ano de 2024.

Por outro lado, a questão das férias dos funcionários, nomeadamente nas festividades do Natal e Ano Novo, também dificultou e atrasou todo o processo.

Acresce ainda, a questão da transferência de competências, que também contribuiu para o avolumar de trabalho, deu como exemplo a faturação dos refeitórios escolares, estando em causa dezenas de faturas.

Existem algumas faturas com um peso significativo, que é a questão da AgdA, com o aumento da faturação, que basta existirem quatro cinco faturas do mês de dezembro para registar, que se verifica logo um grande aumento na dívida a terceiros.

Também a GESAMB ao longo dos anos tem aumentado bastante o volume mensal, bem como a CIMAC.

Acrescentou depois que a lei permite que os fornecedores faturem até 5 dias úteis após o envio do serviço prestado, ou seja, no início do mês de janeiro, também receberam muita faturação relativa ao mês de dezembro, e efetivamente já decorre um ano civil diferente, como tal já não se consegue efetuar esses pagamentos, esta é uma das justificações pelo qual este valor também foi mais elevado.

Relativamente às alterações do relatório, uma das principais justificações, foi o facto de já terem a elaboração do documento – Prestação de Contas - bastante adiantada e ter surgido uma nota técnica com o desconhecimento da EREDES, em 2023 houve a indicação no sentido de fazer esse desconhecimento o que efetivamente foi feito, em 2024 surge uma nota técnica, dando indicação para desconhecer. Está em causa um conjunto bastante elevado de bens que totalizam mais de 3 milhões de euros.

Relativamente à primeira versão da prestação de contas que foi enviada e que posteriormente foi retirado da Ordem de Trabalhos, não se verificaram alterações estruturais, os principais mapas, nomeadamente da parte orçamental, que foram aprovados em fevereiro, quando foi aprovado o saldo da gerência, estavam exatamente iguais. Outros mapas principais que são o balanço e a demonstração de resultados também estão exatamente iguais.

O que se verificou efetivamente, foi que da análise dos relatórios, resultou por parte dos revisores, um conjunto de sugestões e melhorias de interpretação dos mapas e dos quadros e quando for rececionada a certificação dos auditores, eles próprios têm um parágrafo do seguinte teor:

“A nossa responsabilidade dos revisores inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras”

Esclareceu ainda que antes de sair a versão final, os Revisores auxiliam na parte técnica elaborada pelos serviços, nomeadamente na interpretação e escrita, para que o relatório resulte o melhor possível.

Salientou seguidamente que em 2024 tentaram alterar a estrutura do relatório de gestão, atendendo a que uma das situações que foi identificada em 2023 foi que o documento estava um pouco confuso. Assim, tentaram que o documento em apreço ficasse mais explícito, nomeadamente no balanço e na demonstração de resultados, identificaram o número das notas e depois, as notas explicativas de cada um dos pontos com as respetivas justificações.

Realçou que a Prestação de Contas é sempre um documento complexo e moroso, que é elaborado em simultâneo com o trabalho corrente, realizado no Serviço de Contabilidade, o que por vezes é difícil de conciliar.

Relativamente às outras duas questões que foram colocadas, pela sua especificidade, transmitiu que a informação será enviada, posteriormente, por escrito e que tem que ver com as imparidades e os impostos, Derrama e IMI, para aferir qual é que foi o impacto em termos de valor 2023 para 2024 pela redução das taxas.

Referiu-se em seguida à contabilidade de gestão, que é um tema que já foi alvo de discussão em 2023 e agora voltou a sê-lo em 2024. Esta questão da contabilidade de gestão não é um trabalho único e exclusivamente elaborado na contabilidade, para a sua completa implementação, deverá existir o contributo dos outros serviços, no sentido de existir uma imputação da administração direta, dos trabalhos que são efetuados ou quilómetros que são percorridos, como tal deverá ser um trabalho contínuo e de interligação de todas as divisões, para que se consiga aplicar a contabilidade de gestão e poder disponibilizar nas Prestações de Contas, dados mais reais, embora já exista algum trabalho nesta área, ainda não é suficiente.

O senhor Vereador Gil Porto retomou a palavra, para se reportar à intervenção do senhor Presidente salientando que, a exposição que fez, apenas de cingiu a gestão corrente, sendo que algumas das situações, já transitaram de tempos anteriores, e tratam-se de questões que em seu entender, não devem ser colocados na Prestação de Contas.

Alertou para o facto, de nunca ter afirmado que o Serviço de Contabilidade estava em falta, o que efetivamente questionou e não obteve resposta, foi o que é que está a ser feito efetivamente para alterar a falta de sensibilização dos outros serviços.

Salientou que em 2017 o resultado era 1.000.000,00€ negativos, o mesmo resultado em 2020 era positivo de 241.000,00€ e em 2021, 190.000,00€, com obras a decorrer ou a terminar como o Mercado Municipal, o Convento da Saudação, a Rua de Aviz e Envolvente, Larga Câmara e Biblioteca, Escola Nº 1, Escola do Escoural e a Estrada de Lavre-Ciborro, toda esta obra aliada à gestão corrente e com os apoios efetivos à comunidade.

A concluir disse que a atual gestão PS, PSD e CDS recebe os destinos desta autarquia com resultado positivo e obra feita e em quatro anos altera toda a dinâmica para uma dívida exorbitante, sem obra a decorrer e com o resultado líquido negativo.

Retomou a palavra o senhor Presidente para dizer que a dimensão do orçamento é totalmente diferente dos orçamentos anteriores, como tal, é natural que a dívida orçamental seja superior com muitas requisições a serem emitidas em dezembro e faturas emitidas em janeiro, com conferências faturas de 2024 a serem só feitas no ano seguinte, no entanto a caixa e depósitos bancários que existem é superior à dívida orçamental.

Esclareceu que o efeito das obras a decorrer só é manifestado nos resultados nos anos seguintes. Só quando as obras estão terminadas é que se começam a fazer amortizações das mesmas. Como tal, obras terminadas por este Executivo, que transitaram do Executivo anterior, apenas começaram a ter influência nos resultados do exercício no mandato do PS e CDS/PSD, porque enquanto estavam a decorrer não contribuíram para os resultados.

Chamou a atenção para o resultado antes das depreciações e gastos de financiamento ser positivo. Era 151.000,00€ negativos e neste momento, antes das depreciações do exercício, a amortização do património, os resultados são de 184.452,00€ positivos. As amortizações é que vêm transformar o resultado líquido em negativo e são no valor de 2.752.200,00€, que não são financeiras, são depreciações consideradas ao longo do tempo, de acordo com as taxas que existem para cada equipamento, os resultados antes de depreciações e gastos financeiros são positivos, 184.000,00€.

Relativamente à sensibilização dos serviços em relação à contabilidade de gestão, trata-se de um processo que está em curso e tem existido muita pressão neste sentido, no entanto chamou a atenção de que esta situação já se arrasta há muito tempo, não é apenas neste mandato.

Voltou a intervir o senhor Vereador Gil Porto para confirmar que a questão da contabilidade de gestão já se arrasta há algum tempo, no entanto levantou esta questão porque o próprio documento menciona este tema, como tal está a referir-se a factos concretos.

Foi o senhor Vereador António Xavier quem interveio seguidamente para também se reportar à questão da sensibilização dos serviços relativamente à contabilidade de gestão acrescentando de que se deve efetivar esta prestação de dados, para que tal seja possível, também devem existir instrumentos de trabalho que o permitam, como aconteceu com a contratação de um software de gestão de frotas. Assim, em seu entender seria importante, a contratação de um software de gestão urbana, onde posteriormente será elencado os verticais, ou seja, os softwares que depois se integram no software horizontal, desta forma, por certo conseguir-se-á obter mais dados que permitem aproximar da contabilidade de gestão, compreende que muitas vezes não é fácil conseguir-se os resultados pretendidos, quando as tarefas efetivamente se realizam no terreno. Apresentou os parabéns a quem identificou este problema, no relatório, para que ele possa ser discutido e não seja só um tema que anualmente é referido e que posteriormente tem progresso.

Referiu-se seguidamente à transferência de competências, salientando que surgem neste relatório da prestação de contas os primeiros números mais reais sobre a transferência de competências, onde se verifica um défice 265.000,00€, na educação e cerca de 10.000,00€, na saúde, questionou se há previsão no próximo ano destes valores se repetirem ou se haverá alguma possibilidade de oscilarem.

Para esclarecer as questões colocadas tomou a palavra o senhor Presidente dizendo que após o reporte de transferência de competências, nos anos de 2022 e 2023, na educação existiu um défice de 134.311,23€, na saúde um superavit de 93.325,72€, na ação social, um superavit de 99.191,60€, ou seja, em 2022 e 2023, conjugando as três áreas, ocorreu um total de superavit de 58.206,09€. Em 2024, existe um défice na educação de 265.713,75€, um défice na saúde de 9.997,67€ e um superavit na ação social 55.925,27€, o que perfaz um défice total de 219.836,15€. O conjunto dos três anos, 2022 a 2024, um défice total de 161.630,06€.

Disse esperar que o Estado compense os défices e eventualmente que solicite a devolução dos superávites. A expectativa em que em 2025 o défice não seja tão elevado e é nesse sentido que irão trabalhar.

O senhor Vereador António Xavier retomou a palavra tendo dito que numa análise política neste momento, é claro que é fundamental reduzir a despesa e aumentar a receita. Para aumentar a receita, existem duas formas de o fazer, ou se aumentam os impostos e as taxas e desta forma os Municípios obtêm mais receita, para além da do Orçamento do Estado, proveniente do IMI, do IMT, das taxas e dos preços que pratica, ou se aumentam percentualmente estes valores, ou se aumenta o número de pessoas, sejam elas individuais ou coletivas, a pagar este imposto.

Em seu entender dever-se-á aumentar o número de habitantes e desta forma obter mais rendimento, bem como o número de operações, não só do ponto de vista imobiliário, mas também do ponto de vista económico, para que exista mais rendimento das pessoas individuais e coletivas. Esta situação parece-lhe fundamental para que não se dependa inteiramente de Fundos Comunitários, para que seja realizada obras de maiores dimensões.

Frisou que, em seu entender o exemplo de maior da obra, que responderia às necessidades, seria o novo bairro entre as piscinas cobertas e o supermercado Intermarché, que numa operação em que o Município conseguiria lançar as obras de infraestrutura e o projeto de loteamento e vender posteriormente os lotes, com reserva de 10%, para arrendamento jovem acessível, conseguir-se-ia fazer uma operação em que, sem custos teóricos para o Município, conseguir-se-ia depois aumentar a receita por via do IMT e IMI.

Salientou seguidamente que os custos seriam teóricos, porque teria que investir numa primeira fase e posteriormente receber-se-ia o seu retorno numa segunda fase. Este modelo poderia posteriormente ser desenvolvido nas freguesias, com uma dimensão menor, nomeadamente às que ficarão mais exposta por exemplo, à pressão que virá do Hospital Central de Évora, e aqui referiu-se a Santiago do Escoural e futuramente Silveiras, Lavre e Cabrela pela construção do aeroporto em Alcochete.

Concluiu dizendo que falta esta ação concreta e mais agressiva nesta área, para resolver o problema da habitação e lançar de outra perspetiva um futuro diferente para Montemor-o-Novo.

Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador Gil Porto para se reportar à intervenção do seu antecessor que apresentou duas soluções concretas que podem contribuir para a sensibilização dos serviços relativamente à contabilidade de custos. Alertou aqui que em momento algum a CDU defendeu uma diminuição das prestações sociais ou um aumento dos impostos o que não concordam é diminuir a receita do Município, que é o que está aqui em causa, em contrapartida baixar impostos a quem não necessita, nomeadamente através do IRS e da Derrama, porque esta situação não atinge as empresas ou os Municípios, que realmente necessitam de apoio, a crescer que retira a capacidade de financiamento do Município.

Acrescentou que o que defendem efetivamente é uma organização de forma sustentada, que não está a acontecer, porque existe um conjunto de despesas, nomeadamente das prestações

de serviços e de contratações externas, completamente exponencial, que não se percebe o que é a atividade efetiva do Município.

Relativamente às habitações, também concordam com a questão dos projetos e com a habitação de forma sustentada e de cariz de habitação apoiada, como tal não se pode desperdiçar esta oportunidade para criar mais fogos, nomeadamente para pessoas que já habitam em Montemor e que não dispõem de habitação, especialmente a camada jovem que ainda habita na casa dos pais por não terem alternativa.

O senhor Vereador António Xavier retomou a palavra para dizer que a CDU defendeu o aumento dos impostos em todos os orçamentos que apresentou quando era a governação, e acabou por fazer de forma dissimulada no seu discurso, ao dizer que não concorda com a Derrama e com o IRS como está, é porque defende que devem ter um valor superior.

Se os eleitos da CDU acreditam que o IRS tem que passar para 5% e a Derrama para 1% como era, aquando da sua governação, é porque defende os impostos. Ora esta situação é apanágio do PCP que defende os impostos, porque sempre o fez, é esta a sua matriz, um Estado maior, menos liberdade financeira para as pessoas, é essa a sua ideologia.

Quanto ao bairro, disse não defender que todos aqueles fogos sejam para custos controlados, até porque essa questão iria criar potencialmente um bairro social, o que efetivamente defende é a venda dos lotes, com reserva de 10%, ao abrigo da lei que foi alterada o ano passado, para arrendamento acessível aos jovens, e aqui sim, dando prioridade aos jovens que não conseguem sair de casa dos pais, devido às rendas estarem demasiado altas.

Com a colocação no mercado de, por exemplo, 90 fogos a preço de custo, as rendas de todas as outras casas baixam, porque quanto mais oferta existir, mais os preços das rendas baixam, esta situação é fundamental. Posteriormente a Câmara poder-se-á focar a fazer o que os privados não querem, que é, por exemplo, reabilitar o centro histórico, resolver os problemas das casas que não têm proprietários ou cujas certidões prediais nem se encontram, ou aquelas que o Estado decidiu por em seu nome nas finanças, mas não resolveu na conservatória.

A concluir o senhor Vereador António Xavier, disse que a estratégia seria resolver este problema da habitação no imediato, através deste bairro e posteriormente consertar a sua estratégia para reabilitar o centro histórico, em paralelo, existem outras ferramentas, e estão a fazê-lo, ao nível do PU, que é prever o seu alargamento, se assim a lei o permitir, para as margens da cidade, onde outra vez os privados possam promover a construção e assim quanto mais habitação disponível existir no mercado, mais baixo é o preço de custo, que é o que efetivamente se pretende, reduzir o preço da habitação para que ela tenha um maior acesso, a todas as pessoas. Retomou a palavra o senhor Vereador Gil Porto para reiterar a ideia que efetivamente o que defendem é que os impostos desçam para quem precise, nunca defenderam o aumento de impostos nem a diminuição de prestações sociais.

Afirmou que existe sim, uma diminuição das receitas do Município por via desta redução, às empresas que têm mais capacidade.

Voltou a intervir o senhor Vereador António Xavier para afirmar que a CDU sempre defendeu o aumento do IRC e do IRS.

Acrescentou que a redução do IRS, em seu entender é muito importante, sobretudo numa fase da vida em que a classe média está a diminuir, e cada vez mais a surgir-lhe entraves, como tal essa redução iria permitir melhorar a sua qualidade de vida.

Relativamente às empresas o facto de haver uma diminuição da receita, quando se diminuiu esse imposto, significa que há empresas a pagar esse imposto, porém esta situação deverá ser concertada com uma estratégia.

Em seu entender a Derrama trata-se de uma questão mais de marketing do que propriamente estrutural.

Em nova intervenção o senhor Vereador Gil Porto referiu que na estrutura que está a ser analisada, da prestação de contas existe uma diminuição de receita e é esta situação que está a ser analisada. Existe efetivamente uma diminuição de receita, questionou qual é o valor que

está inerente ao IRS, à Derrama e ao IMI, para ter uma perceção qual o impacto de não financiamento do orçamento municipal, para posteriormente se discutir as estratégias.

Foi o senhor Presidente que retomou a palavra tendo afirmado que efetivamente não se verificou uma diminuição da receita do orçamento de 2023 para 2024. A receita de 2023 foi de 27.403.438,09€, a receita de 2024 é de 31.158.977,41€ e mesmo que seja retirado o valor de 1.475.000,00€, referente ao Convento da Saudação, ainda assim verifica-se um aumento da receita que ficaria em 29.683.977,41€ ou seja, há um aumento da receita de um ano para o outro. Poderá haver diminuição de algumas matérias, nomeadamente de impostos, de IRS e de Derrama, mas no total há um aumento da receita de um ano para o outro. E existe também um aumento do saldo da conta de gerência, bem como da caixa e depósitos bancários disponíveis no final do ano.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Henrique Lopes para responder a uma questão colocada pelo senhor Vereador António Pinetra, relativa às árvores abatidas sem que os troncos sejam removidos, esclarecendo que será uma situação que irá analisar com os serviços, no sentido da sua resolução, que por vezes não é fácil. Por outro lado, está a ser feita a inventariação dos troncos, que já está disponível por parte dos serviços, para posterior solução.

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou, por maioria com 3 votos favoráveis dos Eleitos do PS; 1 abstenção do Eleito da Coligação CDS/PSD e 3 votos contra dos Eleitos da CDU, a Prestação de Contas referente ao ano de 2024.

O senhor Presidente exerceu o voto de qualidade.

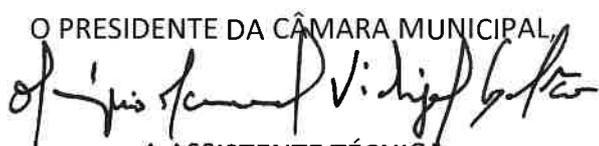
Os Eleitos da CDU apresentaram a seguinte Declaração de Voto.

Considerando que a prestação de contas da atividade da Câmara Municipal referente ao ano 2024, o terceiro ano completo do mandato da gestão PS-PSD e CDS, é a confirmação de uma gestão descuidada, desorganizada e sem estratégia política com confirmação de programas eleitorais do PS, PSD e CDS que não são compatíveis, continua a aumentar consideravelmente a despesa corrente, despesas com pessoal e sobretudo com prestação de serviços, não se traduzindo em melhorias na resposta do serviço público à população. Tantas foram as promessas, tantos foram os anúncios de mudança e concretização de obras e projetos, mas os factos apresentados neste documento, acrescentando a necessidade descabida de transitar o saldo de Conta de Gerência sem esses documentos serem aprovados, são prova que o resultado deste mandato é uma estagnação do Concelho de Montemor-o-Novo, face aos expostos, os eleitos da CDIU votam contra a proposta apresentada.

Documento a remeter para deliberação da Assembleia Municipal.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião eram 11.50 H, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar a ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

A ASSISTENTE TÉCNICA
